

UMA TRANSIÇÃO DELICADA

HUGO CHÁVEZ LEGA AO SUCESSOR MUITO ENTUSIASMO POPULAR. E TAMBÉM UMA SITUAÇÃO ECONÔMICA DIFÍCIL DE ADMINISTRAR SEM SEU CARISMA

POR ANTONIO LUIZ M. C. COSTA ✕

QUEM acompanhou o pronunciamento do vice-presidente Nicolás Maduro ao anunciar, do palácio presidencial de Miraflores, o agravamento da infecção de Hugo Chávez, às 13h25 (hora local) da terça-feira 5, não pôde deixar de sentir que o país estava sendo preparado para o falecimento no mesmo dia ou no seguinte. Maduro insistiu em que a infecção era combatida e o presidente continuava “lúcido e apegado à vida”, mas admitiu que aquelas “eram as horas mais difíceis” e prometeu outro informe em breve. Quando retornou à tevê e à internet, quatro horas depois, foi para anunciar a morte do comandante. Segundo seu relato, isso acontecera uma hora antes (16h25

de Caracas), enquanto estava no hospital para conversar com os médicos.

Conforme assinalou *CartaCapital* há duas semanas, o retorno de Hugo Chávez a Caracas, em 18 de fevereiro, foi seguido de sinais de que, dessa vez, sua recuperação era muito duvidosa. O mais inequívoco foi a divulgação no dia 24, por um jornalista chavista e ex-integrante de seu governo, de pesquisas sobre uma possível disputa eleitoral entre o líder opositor Henrique Capriles e Maduro. Àquela altura, o vice garantia ter mantido na véspera uma reunião de trabalho de cinco horas com Chávez e alguns ministros e uma enfermeira declarara que o comandante entrara caminhando no hospital, “valoroso e voluptuoso como sempre”.

Cabia o ceticismo quanto a essas últimas afirmações, dada a falta de imagens que as comprovassem. Eram pouco críveis

e interessava ao governo simular que o presidente estava em condições de governar, pois era constitucionalmente irregular ter iniciado seu quarto mandato sem prestar o juramento de posse. A legitimidade do governo estaria comprometida se ele se mostrasse definitivamente incapacitado.

Não há por que duvidar, porém, de que ele tenha de fato falecido no Hospital Militar Dr. Carlos Arvelo, em 5 de março, apesar de tantas teorias conspiratórias, contraditórias entre si. Jornalistas e boateiros afirmaram que ele falecera em Cuba no início de janeiro, ou que continuava em tratamento na ilha, apesar da simulação do retorno, que foi levado do hospital à ilha de La Orchilla (base naval venezuelana) para morrer perto da família, e ainda que retornara a Cuba dias antes da morte, versão na qual o jornal espanhol *ABC*,



Comoção. Ante a dimensão e a intensidade das manifestações de afeto, até mídias conservadoras tiveram de admitir e tentar explicar a popularidade de Chávez

responsável por muitos falsos boatos pelos quais jamais deu o braço a torcer, insistiu após o anúncio oficial, ao garantir que o presidente morreria de manhã em Cuba e fora levado à Venezuela horas depois.

Nada disso faria sentido. Nem levar de um país para outro um doente que só podia receber cuidados paliativos, no máximo rádio ou quimioterápicos, nem, muito menos, ocultar uma morte (mesmo que “cerebral”) por dias ou semanas. Fechadas as urnas das eleições estaduais, em 16 de dezembro, pouco ou nada havia a ganhar com tal adiamento e uma prolongada incerteza, ao passo que uma morte dramática poderia favorecer o chavismo nas eleições que, de qualquer forma, teriam de ser convocadas em 30 dias.

Por outro lado, qualquer um que tenha lidado com uma doença terminal em família compreende como um paciente, parentes e amigos resistem a entregar os pontos, tentam alimentar a esperança de uma recuperação, ainda que transitória, até o último momento, ou quase. É

razoável que, na ocasião do retorno, houvesse esperança na possibilidade de Chávez prestar o juramento e ter oportunidade de reforçar a legitimidade de Maduro, que só chegou a indicar como sucessor no último pronunciamento público, antes de deixar o país. Mas não foi assim. O vice teve de aceitar o desfecho antes do esperado ou desejado e é preciso dizer que o primeiro passo foi desastroso.

O pronunciamento do início da tarde da terça anunciou a expulsão de um adido militar da embaixada dos EUA, o coronel da Aviação David delMonaco, por supostos contatos com comandantes das Forças Armadas venezuelanas para desestabilizar o país, o que pode ter ou não fundamento. Mas foi decididamente inverossímil atribuir a doença do presidente a uma suposta inoculação por “inimigos históricos da pátria”, a ser investigada por uma “comissão científica” e compará-la ao caso de Yasser Arafat. Em primeiro lugar, o suposto envenenamento do palestino não



Lado B. É impossível analisar um país sem entender o que se passa na “cozinha”, como descobriu Ernesto Sabato



Herdeiro. Maduro (esq.) deve ter sido escolhido por seu compromisso com a internacionalização do bolivarianismo. Cabello pareceu aceitar o segundo plano

é ponto pacífico, como Maduro deu a entender: o corpo foi exumado em novembro para averiguar a suspeita, mas o laboratório suíço encarregado do exame não promete resultados antes do fim de maio. Segundo, a misteriosa doença que matou Arafat em duas semanas não se compara a um câncer diagnosticado e tratado por pelo menos 20 meses. Não há nenhum método conhecido de inocular esse mal.

O propósito possível dessa acusação pouco razoável foi incitar a ira contra os EUA entre os seguidores do chavismo. A experiência das direitas radicais estadunidense e brasileira mostra que acusações extremadas e infundadas (de “Obama é muçulmano” a “Dilma cometeu assaltos à mão armada”) podem ser contraproducentes. Isso prega apenas aos convertidos (que não ganham direito de votar duas vezes ao ficar duas vezes mais furibundos), ao passo que repugna e afasta os moderados e os mais sensatos. Pode, talvez, ter o papel de mobilizar as bases quando o voto não é obrigatório e o desânimo é o pior inimigo (e de fato os resultados eleitorais menos positivos de Chávez deveriam ser menos à persuasão da direita do que à perda do entusiasmo dos chavistas), mas é um tiro que facilmente sai pela culatra.

O tom do discurso indica a intenção do sucessor de evitar uma política mais conciliadora e manter o tom do confronto aberto com inimigos internos e externos que Chávez sustentou em seus momentos mais combativos. Também inspira dúvidas sobre se Maduro saberá fazê-lo na medida certa e se terá o mesmo respaldo incondicional dos militares que o ex-presidente conseguiu desde o fracasso da tentativa de golpe de 2002. Naturalmente, o vice, de formação inteiramente civil, não conhece tão bem esse meio e seus valores e a própria ênfase na lealdade dos militares denota certa incerteza a respeito.

Outro possível sinal de insegurança foi Maduro assinar como “presidente encarregado” o decreto de luto oficial e anunciar a decisão de exercer o cargo e disputar a eleição ao mesmo tempo, por meio do chanceler Elías Jaua. A Constituição diz, ou ao menos todos assim a entendiam, que, se o presidente for impedido antes de tomar posse, o presidente da Assembleia, Diosdado Cabello, deveria assumir interinamente. O governo se porta como se a posse houvesse de fato acontecido na data prevista, em 10 de janeiro. Só se o presidente viesse a faltar após a posse o vice deveria

assumir, embora igualmente obrigado (se isso acontece nos primeiros quatro anos de mandato) a convocar eleições em 30 dias, que deveriam ser realizadas no prazo máximo de seis meses. O Conselho Eleitoral estima em 45 a 60 dias o tempo necessário para organizá-las. A MUD (Mesa da Unidade Democrática, frente da oposição) se diz de acordo com o calendário e ao governo parece interessar realizá-las tão rapidamente quanto possível, antes que o fervor popular esfrie e problemas mais imediatos atraiam a atenção dos eleitores.

Ficção semelhante justificou a posse de José Sarney após a morte de Tancredo Neves em 1985 (pela Constituição, Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, deveria ter assumido e organizado outra eleição indireta, se o presidente não chegasse a tomar posse). A razão mais provável para evitar a interinidade de Cabello não é o receio que este se apodere da candidatura e do poder – seria impensável contrariar o testamento político de Chávez neste momento –, mas evitar que a mídia divida os holofotes entre os dois líderes, faça comparações favoráveis a Cabello ou tente alimentar a suposta rivalidade entre os dois de forma a enfraquecer a campanha de Maduro e melhorar as chances da oposição, como faz há algum tempo. Se Cabello tinha objeções a isso, não as explicitou e parece entender que o mais importante é garantir a vitória do chavismo contra Henrique Capriles, candidato certo da oposição, já bem conhecido e que custou certo esforço a Chávez para ser derrotado em 2012.

Se a eleição for limpa, a ficção legal da posse não efetivada provavelmente não afetará a legitimidade do governo no exterior, muito menos entre as massas e os militares. As possíveis ansiedades de Maduro só se justificam como preocupação de médio ou longo prazo. Agora, a divisão do partido é impensável, sua vitória como sucessor designado é praticamente certa e as Forças Armadas se sentirão no dever de apoiá-lo.

O clima de comoção e as inúmeras manifestações de afeto e pesar só surpreenderam quem levava ao pé da letra a propaganda antichavista da mídia



É uma questão de honestidade intelectual admitir que Chávez foi popular tanto por distribuir riqueza quanto por levar a sério a construção de uma “Pátria Grande” latino-americana

Falta combustível. A estatura internacional e a política social da Venezuela dependem muito do petróleo e as exportações estão em queda

conservadora. Até mídias que regularmente tratavam Chávez como “palhaço” ou “tirano” e davam a entender a leitores e espectadores no exterior que ele era desprezado ou odiado pela maioria e fraudava eleições para vencer foram obrigadas a cobrir e explicar essas manifestações e admitir que a política social do chavismo é muito popular. Até por não haver outra coisa para mostrar: foguetes e champanhes espocaram nos bairros nobres da zona leste de Caracas e houve júbilo nas redes sociais, mas ninguém ousou levá-lo às ruas.

Assinalou Rubens Ricupero, num artigo publicado no jornal *Valor*: “Não compreender por que milhões de venezuelanos rezam por Chávez é repetir a experiência narrada por Ernesto Sabato sobre a queda de Perón em 1955. O escritor comemorava com amigos intelectuais e profissionais liberais o fim do ditador que envergonhava a Argentina até que, em certo momento, teve de entrar na cozinha. Lá, todos os empregados choravam...”

Com um pouco mais de honestidade intelectual, seria possível admitir que a política externa foi igualmente popular, apesar de constantemente ridicularizada pelos inimigos. Deu à Venezuela, antes mero satélite petrolífero dos Estados Unidos, uma estatura internacional que nunca tivera e aos cidadãos o senso de um papel decisivo na construção da unidade latino-americana, a “Pátria Grande” sonhada por Simón Bolívar, mas que nenhum outro líder

venezuelano ou de qualquer outro país do continente esforçou-se tão seriamente para tornar realidade antes de Chávez.

Foi provavelmente a prioridade dada a esse aspecto de sua política que o levou a apontar como sucessor Maduro, ex-sindicalista e condutor da diplomacia venezuelana desde 2006, e não Cabello, engenheiro, ex-militar e companheiro de Chávez de primeira hora, cuja experiência de governo se deu toda na área de obras públicas e tecnologia e que nunca mostrou especial interesse pela política externa. A se acreditar em análises de órgãos de oposição, ele seria contrário a destinar petróleo e recursos substanciais do orçamento para ajudar Cuba e os demais aliados da Alba (e, em menor grau, a Argentina) e preferiria uma postura internacional mais “pragmática”.

Se Maduro terá condições de conduzir essa política como Chávez gostaria, é outra história. O governo chavista não foi tão bem-sucedido nos aspectos econômicos, administrativos e financeiros. Seus esforços para ampliar a base produtiva da Venezuela ainda não tiveram resultados significativos na área industrial e foram menores que os esperados na agrícola (houve redução relativa das importações de alimentos, mas continuam elevadas), ao passo que declinou o principal sustentáculo das bem-sucedidas políticas internas e externas, a exportação de petróleo. Há uma divergência substancial entre os dados oficiais (e da Opep) e aqueles de fontes privadas sobre o tamanho desse declínio,

mas ele existe e foi agravado pelo incêndio de agosto de 2012 na refinaria de Amuay, cujos danos ainda não foram reparados (trabalha hoje a 57% da capacidade). O país é obrigado a importar quantidades substanciais de gasolina, vendidas no mercado interno a um preço que até Chávez achava ridículo (hoje 0,07 a 0,097 bolivares por litro, 0,02 a 0,03 reais), graças a um subsídio que não se ousa retirar. Foi a tentativa de eliminá-lo por ordem do FMI que, em 1989, disparou o Caracazo e a violenta repressão de Carlos Andrés Pérez, responsáveis pela ascensão do chavismo.

A valorização do petróleo nos últimos anos não foi suficiente para compensar todos os ônus. Dificilmente o governo venezuelano conseguirá manter um perfil alto na política internacional e avançar nas políticas sociais sem desfazer o nó na economia e será difícil fazer isso sem medidas impopulares, bem mais difíceis de tomar para um líder que não tem a história e o carisma de um Hugo Chávez. Nesse sentido, ele é insubstituível, o que torna mais que compreensível a relutância dele e de seus sucessores em aceitar sua mortalidade. A radicalização da revolução, o que significaria incorporar de fato as massas no poder político, poderia ser em tese uma solução, mas sempre foi difícil transformar esse ideal em prática. Maduro é praticamente imbatível neste momento, mas, a menos que consiga um milagre, a oposição terá uma sólida oportunidade em 2020, quando acabar seu mandato. ●

FOTOS: PRESIDÊNCIA/APP © ANA MARIA OTERO/AP

O amor e o ódio na Venezuela

ANÁLISE | O que vi e vivi durante sete meses em uma nação moldada pelo chavismo

POR ANDRÉ BARROCAL

CINCO DE MARÇO de 2012. Exatamente nesse dia fui morar na Venezuela, terra de famosas misses, da maior reserva de petróleo do planeta, da cachoeira mais alta do mundo, da praia mais incrível que já vi, da maior favela ocidental. A experiência de sete meses começou com alguns estranhamentos. Não parecer caribenho podia custar olhares hostis no metrô ou uma abordagem policial se você se misturava às massas para ouvir Hugo Chávez discursar da sacada do palácio do governo. E podia resultar em hostilidades piores se você estivesse em uma casa noturna ou na rua de um bairro elegante, lhe pedissem um prognóstico sobre a eleição presidencial, e a resposta fosse “ganha Chávez”. Como de fato ganhou, com 55% dos votos, em 7 de outubro, a quarta vitória desde que abandonara o golpismo de 1992 e aposentara nas urnas, a partir de 1998.

A experiência de sete meses terminou três dias depois da eleição com uma desconfiança no lugar dos estranhamentos. A de que a Venezuela talvez pudesse se apresentar à comunidade internacional como a mais viva democracia do globo. Um embrião de democracia direta, cultivado por um líder que preferia o povo aos poderes representativos (Executivo, Legislativo, Judiciário) do clássico modelo de Estado iluminista.

A onipresença do coronel tornou quase impossível encontrar um venezuelano focado exclusivamente na vida particular

Experiência única.
A Venezuela é um embrião de democracia direta

No ano passado, vi manifestações pró ou contra o governo tirarem milhares de cidadãos de casa. Nos meios de comunicação, principal espaço de debate público nas sociedades modernas, discutia-se e defendia-se de tudo. Durante a campanha presidencial, o principal canal privado de notícias, o Globovisión, uma concessão pública, transmitia na íntegra e ao vivo todos os comícios e entrevistas do antichavista Henrique Capriles. Já a VTV, mais do que uma concessão, a própria televisão estatal, fazia o mesmo em relação a Chávez.

O choque aberto de ideias era não só estimulado pelo ex-presidente, como parecia peça fundamental da revolução socialista que ele prometera conduzir na Venezuela. Chávez dizia achar que “a

revolução é antes de tudo uma revolução cultural”. Por isso, era comum vê-lo na tevê horas e horas a defender sua visão das coisas, desenhando para ser didático, contestando inimigos. Como era comum ganhar do Estado livros distribuídos em feiras e jornais nas ruas. Ou assistir a shows gratuitos no meio da tarde em pleno dia útil.

O antichavismo retribuía na moeda cultural. Um mês antes da eleição, por exemplo, os cinemas exibiram um documentário, *Tempos de Ditadura*, sobre um militar que comandou o país nos anos 1950 com o apoio dos Estados Unidos. Os inimigos do ex-presidente usaram-no para dizer que se tratava de situação igual àquela vivida pelos venezuelanos com Chávez, que em 2010 rejeitara a indicação para embaixador em Caracas feita pelo presidente dos EUA, Barack Obama. Até hoje, não há embaixador americano na Venezuela, nem venezuelano nos Estados Unidos. Mesmo assim, na campanha, o comandante dizia que votaria em Obama – ele disputaria a reeleição

em novembro – e que tinha certeza de que o norte-americano votaria nele.

A onipresença de Chávez e a profundidade da transformação por ele tentada tornaram quase impossível encontrar venezuelanos focados exclusivamente na vida particular. Sobram relatos de casos de amizades e de casamentos desfeitos por causa dos sentimentos despertados pelo ex-presidente. Os cidadãos estabeleceram uma relação de amor e ódio com o chavismo e seu líder e manifestavam isso em toda parte, a qualquer momento. O nível de passionalidade, somado à ineficiência policial e a um excesso de armas nas ruas, é um dos motivos pelos quais com Chávez o país reduziu a pobreza e se tornou o menos desigual das Américas e ao mesmo tempo viu a taxa de homicídios disparar.

Todo o esforço de revolução cultural não parecia ter produzido efeitos nos usos e costumes. Também causava estranheza escutá-lo falar sobre igualdade entre as pessoas, e depois ver prevalecer nas ruas uma visão machista e conservadora. Talvez se-

ja exagerado dizer que no país se discutia de tudo. A sociedade não debatia casamento gay, liberação do aborto ou da maconha. Uma revolução paradoxal, restrita ao protagonismo político e à melhora das condições de vida da população. Durante a campanha do ano passado, o herdeiro do chavismo, Nicolás Maduro, então ministro das Relações Exteriores, usou contra Henrique Capriles (e depois pediu desculpas) um boato corrente nas ruas, a de que o opositor seria gay.

O ex-presidente diminuiu a miséria, dividiu a renda da riqueza petrolífera, não há crianças a pedir esmolas nas ruas de Caracas, as tarifas públicas são quase de graça, mas seria exagero negar que o país ainda tinha (e tem) muitos problemas. Violência, inflação, caos no trânsito, escassez de alimentos. Mas isso não importa para a maioria da população, que parece certa de que, sob o chavismo, está melhor do que antes. E mais: antes alijadas do poder, as massas entenderam sua capacidade de decidir o próprio futuro.

Bastava para defender a revolução socialista, era o recado.

A experiência de vida na Venezuela e o contato com o cotidiano me levam a considerar ser improvável uma nova tentativa de golpe, a juntar inimigos venezuelanos e estrangeiros do chavismo, para impedir novas eleições. Na campanha do ano passado, a maioria da oposição mostrava ter aceitado o conflito democrático estimulado por Chávez durante 14 anos.

É claro o favoritismo eleitoral de Maduro contra a provável recandidatura de Capriles. Pelo que se podia observar nas ruas, o sentimento “chavista” tinha adquirido vida própria. E por incentivo do próprio ex-presidente nos últimos tempos. “Chávez já não sou eu, somos todos. Chávez é você, *muchacho*, é você, *muchacha*”, disse o coronel em um comício em julho, em Petare, maior favela do Ocidente. Com a morte do presidente na terça-feira 5 de março, exatamente um ano depois do início de minha experiência na Venezuela, vou descobrir se ele tinha razão. ●



RODRIGO ARANGUA/AFP